

**PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
EXERCÍCIO DE 2013**

A
Silva

1. Em cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro, o Conselho de Auditoria vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2013.
2. O Conselho de Auditoria acompanhou, durante o exercício findo, a evolução da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos seus Departamentos através da análise da documentação financeira e outra referente à atividade que foi recebendo e da análise das atas das sessões da Mesa que apreciou nas suas reuniões mensais. Além disso, foram realizados pedidos de esclarecimentos diversos e efetuadas algumas reuniões com membros da Mesa e outros responsáveis de alguns Departamentos e Gabinetes no sentido de se informar sobre a atividade desenvolvida.
3. No final do exercício, o Conselho de Auditoria analisou o Relatório de Gestão e Contas de 2013, que lhe foi apresentado pela Mesa em 21 do corrente mês de março, o qual inclui as demonstrações financeiras consolidadas da SCML (balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por naturezas, demonstração consolidada da alteração dos capitais próprios, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e correspondentes anexo às demonstrações financeiras consolidadas), bem como as demonstrações financeiras separadas relativas a Ação Social, Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património e Serviços Instrumentais, ao Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA), ao Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) e à Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA). Este Conselho também analisou o Relatório de Contas de 2013 do Departamento de Jogos (DJ), que mereceu parecer favorável do Conselho de Jogos no dia 17 do corrente mês de março. Pela primeira vez, a SCML elaborou um relatório de sustentabilidade, que foi, igualmente, objeto de análise. Estes documentos foram aprovados pela Mesa em 13 de março de 2014.
4. De referir que o Relatório de Gestão e Contas integra ainda uma análise extensa das atividades desenvolvidas pelas várias estruturas da SCML durante o ano de 2013.

5. O Conselho de Auditoria inteirou-se das 5 ações (auditorias e verificações) concluídas pelo Gabinete de Auditoria Interna no ano de 2013, revendo-se nas recomendações formuladas, que visam, essencialmente, a melhoria do sistema de controlo interno e dos sistemas de informação e o cumprimento do Código dos Contratos Públicos por parte dos diversos serviços da SCML. Esclareceu-se ainda sobre os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores Externos, apoiou-se nos relatórios por si emitidos em 10 de março (DJ), 12 de março (HOSA, CMRA e ESSA) e 13 de março (serviços centrais e consolidado), salientando-se as recomendações formuladas aos serviços da SCML em sede de controlo interno. Procedeu também à revisão das situações mencionadas nos pareceres do Conselho de Auditoria sobre as contas dos exercícios anteriores.
6. Em 31 de dezembro de 2013, o número de trabalhadores da SCML totalizava, segundo o relatório de gestão e contas, os 4.988 (99% a tempo inteiro, 76 % de mulheres e idade média de 44 anos), traduzindo um aumento de 156 efetivos face a 2012, justificado pela abertura de um novo piso na Unidade de Saúde Maria José Nogueira Pinto (+ 28 efetivos), do reforço de pessoal no Lar de Santa Joana Princesa e na Direção de Acolhimento e Desenvolvimento de Infância e Juventude, integradas no Departamento de Ação Social e Saúde – DASS – (+ 36 efetivos) e no Departamento de Jogos (+ 23, num total de 301 efetivos). A nível dos grupos profissionais, destacam-se os aumentos observados, em relação a 2012, nos técnicos superiores (+ 52) e nos dirigentes (+ 43).

Cerca de 62,3% dos trabalhadores encontra-se afeto ao DASS (3.107 efetivos).

O contrato individual de trabalho continuou a ser o vínculo laboral dominante, mantendo-se a tendência de crescimento do seu peso no total de efetivos (79,2%: 3.951 efetivos), tendo, em contrapartida, reduzido o número de trabalhadores em funções públicas (de 1064 em 2012 para 975 em 2013, dos quais 578 do quadro residual e os restantes 397 afetos aos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I.P., do distrito de Lisboa, cedidos à SCML nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2011, de 25 de janeiro).

A taxa de absentismo global foi de 6 % descendo ligeiramente face aos 6,2% do ano anterior.

Quanto aos prestadores de serviço o seu número foi de 573 (- 73 do que em 2012), maioritariamente ajudantes familiares (363) e amas (116).

Silva

7. Em 31 de dezembro de 2013, o património imobiliário gerido pela SCML era composto por 607 imóveis (456 prédios urbanos e 151 prédios rústicos).

Por seu turno, o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Santa Casa 2004”, subscrito, na íntegra, em 2004, pela instituição, com o propósito de garantir a salvaguarda da titularidade do património afeto ao Fundo e o controlo da sua gestão, integrava, no final de 2013, vários imóveis e apresentava um valor líquido de 46,9 milhões de euros (decrécimo face aos 48,7 milhões de euros de 2012, seguindo a tendência de desvalorização registada em anos anteriores).

De salientar que, em 2013, foi celebrado um Acordo de Cedência e Permuta de imóveis entre o Fundo referido e a SCML tendo aquele recebido três prédios urbanos, um na Av. Casal Ribeiro e dois na Av. José Malhoa e a SCML recebido três imóveis da carteira do Fundo situados na Av. da Liberdade e Rua D. Pedro V, ambos em Lisboa, e na Praça de S. Gabriel, na Aldeia do Juso.

8. De acordo com a informação constante do relatório de sustentabilidade (novo documento produzido neste ano), destacam-se alguns indicadores da atividade desenvolvida pela SCML em 2013, em especial na área da ação social, da saúde e da educação:

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Nº
SAÚDE	
utentes SCML Saúde	26.624
consultas médicas (CMRA)	10.159
dias internamento (CMRA)	51.763
consultas médicas (HOSA)	33.707
intervenção cirúrgicas convencionais (HOSA)	1.857
intervenção cirúrgicas ambulatório (HOSA)	328
IDOSOS	
utentes Centros de Dia (26)	1.936
utentes Lares de Idosos (14)	743
utentes Residência Temporária (3)	146
utentes Residência Assistida (7)	141
utentes Apoio Domiciliário (25)	3.447
utentes Apoio Domiciliário Integrado (20)	769
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
crianças Creches (30)	2.597
crianças Creches-familiares (9)	644
crianças Jardim-de-infância (17)	1.414

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Nº
crianças em integração/acompanhamento pré-adoção	66
DEFICIENTES	
utentes de Lares Residenciais (3)	141
utentes de Centros de atividades ocupacionais (2)	153
utentes da Reabilitação - apoio residencial (2)	95
utentes da Reabilitação - apoio ambulatorio (1)	698
utentes Intervenção Precoce (2)	263
PÚBLICOS VULNERÁVEIS	
utentes Refeitório Social (158.040 refeições)	1.097
utentes atendimento urgência	2.300
mulheres vítimas de violência doméstica/com filhos	181
utentes acolhimento noturno (2)	532
peçoas infetadas com VIH/SIDA	993

Handwritten signature: P. Silva

Fonte: relatório de sustentabilidade de 2013

9. Pela análise efetuada ao estudo atuarial independente das responsabilidades com benefícios de reforma a que por lei a SCML está obrigada, observa-se que o valor do Fundo de Pensões da SCML se reduziu durante 2013 em, aproximadamente, 5 milhões de euros, ultrapassando, no entanto, em cerca de 307,2 mil euros, na SCML, e em 187,5 mil euros no Departamento de Jogos, o montante das responsabilidades presentes da obrigação com complementos de pensões para que foi constituído.

10. No que em particular respeita às contas da SCML relativas ao exercício de 2013, consideramos de destacar o seguinte:

10.1. O resultado líquido consolidado de 2013 registado nas contas da SCML, sem Departamento de Jogos, situou-se no montante de 1,09 milhões de euros face ao valor de 15,46 milhões de euros registados no final do exercício de 2012. Este resultado foi consequência de se ter verificado uma inversão dos resultados operacionais que se apresentaram negativos em 8,7 milhões de euros quando, no final de 2012, registaram um valor positivo de 1,6 milhões de euros. A compensar o resultado operacional negativo de 2013 registaram-se resultados financeiros de 9,8 milhões de euros (13,9 milhões em 2012) que fizeram com que o resultado líquido se tenha apresentado positivo em 1,09 milhões de euros, conforme acima se refere.

A determinar o comportamento dos resultados operacionais entre o exercício de 2012 e 2013 temos o aumento dos gastos com o pessoal de (+10,0 milhões de euros), o aumento dos fornecimentos e serviços externos (+4,0 milhões de euros), e das amortizações (+1,4 milhões de euros) enquanto o conjunto dos rendimentos provenientes de vendas e serviços prestados e outros rendimentos e ganhos estabilizaram nos 200,16 milhões de euros (+1,2% em relação a 2012). Os juros e

rendimentos obtidos que passaram de 13,9 milhões de euros em 2012 para 9,8 milhões de euros em 2013. O aumento dos gastos com o pessoal face a 2012 reflete, entre outros, o efeito da suspensão dos subsídios de férias e de Natal aplicada naquele ano de 2012 aos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas (que abrangeu 418 colaboradores no subsídio de férias e 378 colaboradores no subsídio de Natal) e o incremento verificado no número de colaboradores, como se disse atrás.

10.2. Por sua vez, os resultados obtidos do Departamento de Jogos apresentam uma estabilização, em 2013, do crescimento registado no ano anterior e que interrompeu uma tendência de descida que se vinha a manifestar nos últimos anos. O resultado líquido global do Departamento de Jogos atingiu, neste exercício, o valor de 541,09 milhões de euros face aos 534,46 milhões de euros observados no final do ano de 2012. Para o este resultado contribuíram o totobola com 0,6%, o totoloto com 7,1%, o Joker com 2,3%, o euromilhões com 52,5%, a lotaria clássica com 3,0%, a lotaria popular 1,5% e a lotaria instantânea com 33,0% (jogo que tem registado o maior crescimento nos últimos dois anos).

10.3. De qualquer modo, o euromilhões continua a ser a principal fonte de recursos da SCML. Por esse motivo, o Conselho de Auditoria tem analisado a evolução do que designou como a propensão média às apostas no euromilhões medido pelos proveitos brutos *per capita* obtidos por este jogo em cada país aderente por lhe parecer constituir um indicador internacional que, do nosso ponto de vista, deve merecer particular atenção. Assim, Portugal continua a ser o país aderente ao euromilhões que proporciona a este jogo proveitos brutos *per capita* mais elevados, que, em 2013, representou 2,97 vezes a média dos nove países aderentes. Esta desproporção estatística aumentou ligeiramente face a 2012 (2,94 vezes a média desse ano) mas é representativa da exposição a que os proveitos do Departamento de Jogos se encontram face a este jogo em particular. O indicador deve constituir também um alerta face à eventualidade do comportamento do apostador vir a evoluir no sentido da aproximação aos padrões internacionais traduzidos pela média dos nove países.

11. Dos resultados apurados pelo Departamento de Jogos no exercício de 2013 coube à Santa Casa o montante de 156,53 milhões de euros (157,14 milhões de euros, em 2012), valor que inclui 10,64 milhões de euros de prémios caducados (13,6 milhões de euros, em 2012), e ao CMRA o montante de 2,96 milhões de euros (3,64 milhões de euros, em 2012).

12. A diferença entre o resultado apurado (541,09 milhões de euros) e o resultado atribuído aos beneficiários (539,16 milhões de euros) corresponde a valores retidos para reforço dos fundos legalmente exigidos no montante de 1,93 milhões de euros.
13. Nas contas da SCML a comparabilidade dos rendimentos proporcionados pelos jogos sociais entre 2012 e 2013 obrigou à inclusão da Nota 37.1 do Anexo para melhor explicitar a evolução dessa rubrica, uma vez que o seu tratamento contabilístico sofreu uma alteração no sentido da alocação direta de parte dos resultados dos jogos à cobertura das prestações sociais não suportadas pelos utentes objeto de Protocolo celebrado em dezembro de 2013 com o Instituto da Segurança Social e que foram contabilizadas na rubrica de prestação de serviços. Salvo melhor opinião, o Conselho de Auditoria recomenda que o procedimento contabilístico seja revisto, para futuro, por forma a acomodar as consequências da outorga do Protocolo, que contempla essa alocação, sem prejuízo da explicitação da totalidade dos rendimentos proporcionados pelos Jogos Sociais, que agora tem lugar na Nota 37.1 do Anexo.

Assim, a SCML continuaria a explicitar na demonstração dos resultados a totalidade dos rendimentos auferidos dos Jogos Sociais, passando a mencionar nessa demonstração a perda de receita decorrente da referida alocação.

14. Quanto à execução orçamental, constante da nota 37.2. do Anexo, verifica-se que ocorreram desvios positivos nas receitas correntes consolidadas de 1,6% face ao orçamentado (embora inferiores em 2,7% face a 2012) e redução das despesas correntes consolidadas de 2,1% em relação ao orçamento (mas 7,7% superiores face a 2012), o que originou um desvio positivo do saldo corrente consolidado de cerca de 7,5 milhões de euros face ao orçamento. Em termos de execução final, conclui-se que o saldo corrente de 2013 comparado com o saldo corrente de 2012 representado uma redução de 19,17 milhões entre os dois anos.

A composição das receitas correntes consolidadas face às receitas orçamentadas reflecte a situação descrita no ponto 13 supra. Quanto às despesas correntes, assumem relevância a rubrica de fornecimentos e serviços externos, que representa 30,9% do total dos gastos, cujo peso se mantém estável em relação aos exercícios anteriores, registando, no entanto, uma melhoria de 3,4% face ao orçamento, bem como a rubrica de gastos com o pessoal (54,0% dos gastos) com uma melhoria de 3,6% (correspondendo a 4 milhões de euros).

7 *5/10/2013*

15. Em termos de contratação externa, destaca-se, no ano de 2013, em primeiro lugar, o esforço da Direção de Aprovisionamento (DIR) no sentido de regularizar a publicitação de ajustes diretos contratados em anos anteriores no portal base dos contratos públicos (www.base.gov.pt), na linha de recomendações de anos anteriores deste Conselho.

De acordo com dados facultados pela DIR, a SCML (incluindo o DJ) celebrou, em 2013, contratos de empreitadas e de bens e serviços, num total de 101,1 milhões de euros (sem Imposto sobre o Valor Acrescentado), num total de 439 procedimentos, nos termos a seguir resumidos:

TIPO CONTRATAÇÃO	Nº PROCEDIM.	VALOR CONTRATUAL (€)
CONTRATAÇÃO NORMAL	302	78.090.671,44
CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA	112	22.196.955,13
RENOVAÇÕES	25	778.475,58
TOTAL	439	101.066.102,15

No que respeita aos 78,1 milhões de euros da contratação acima indicada, o quadro seguinte identifica o tipo de procedimentos adotados, onde se destacam, em número, os ajustes diretos (245) e, em valor, os concursos públicos (38,9 milhões de euros / 50 % do total):

TIPO PROCEDIMENTOS	Nº PROCEDIM.	VALOR CONTRATUAL (€)	% TOTAL
AJUSTE DIRETO	245	25.957.377,11	33,24%
AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO	7	8.950,20	0,01%
CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIF.	5	9.697.516,63	12,42%
CONCURSO PÚBLICO	36	38.882.263,87	49,79%
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL	2	981.791,00	1,26%
OUTROS	7	2.562.772,63	3,28%
TOTAL	302	78.090.671,44	100,00%

Da análise desta informação, realça-se o peso relevante dos ajustes diretos (procedimentos menos abertos à concorrência) no total das contratações realizadas (33%) e o valor envolvido (cerca de 26 milhões de euros), sendo que 149 dos 245 procedimentos envolveram apenas consulta a uma entidade (num total de 21,4 milhões de euros).

Na mesma ordem de razão, a contratação excluída, atingiu, no ano transato, um montante significativo (22,2 milhões de euros).

Assim, este Conselho de Auditoria sugere a adoção, no futuro, de uma contratação que assegure uma diminuição da utilização do procedimento por ajuste direto com consulta a uma única entidade ou outras contratações similares, como forma de assegurar, tendencialmente, uma maior transparência/concorrência, um aumento da qualidade das propostas e a redução dos gastos para a SCML.

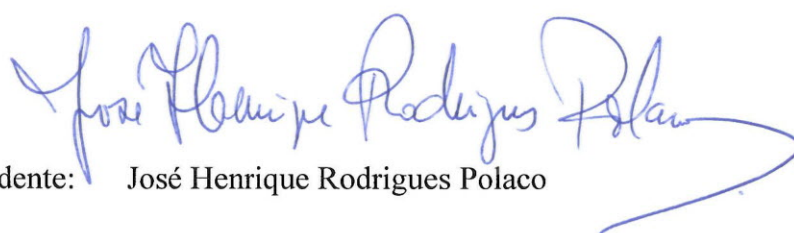
16. O Conselho de Auditoria tem vindo a recomendar nos seus Pareceres sobre as contas anuais da SCML, que se empreenda uma profunda reformulação do tipo de relatório que deverá passar a acompanhar as contas consolidadas e que poderia, com vantagem evoluir para um tipo de Relatório de Gestão mais sintético, virado para o exterior da Instituição em vez de ele constituir um Relatório de Atividades demasiado detalhado e de pendor interno.
17. Desse relatório deverá fazer parte um capítulo com a análise da posição financeira, apreciação sobre a evolução dos resultados obtidos e análise da respetiva execução orçamental, matérias que, à excepção da análise do controlo orçamental efectuada no Anexo, ainda estão ausentes do atual Relatório a que se reporta a presente prestação de contas.
18. A obtenção de resultados operacionais negativos, ocorrida no exercício de 2013, impõe ao Conselho de Auditoria o dever de alertar a Mesa para a premência da adoção das medidas que invertam a evolução ocorrida e que promovam o controlo da expansão da oferta dos serviços que a SCML proporciona. A existência de resultados operacionais negativos, se não for transitória, pode vir a comprometer a sua sustentabilidade futura das acções promovidas.


PARECER

19. Face ao acima exposto, com as recomendações constantes do Relatório supra e com as ênfases constantes dos Relatórios de Auditoria do HOSA, do CMRA e da ESSA elaborados pelos Auditores Externos que nos foram presentes e com os quais concordamos, o Conselho de Auditoria exprime o seu parecer favorável à aprovação das contas e da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2013.

Lisboa, em 26 de março de 2014.

O Conselho de Auditoria,


Presidente: José Henrique Rodrigues Polaco


Vogal: Joaquim Manuel da Silva Neves

